

O contexto sociocultural contemporâneo como indutor do pensar o cuidado pastoral no campo político*

Ronaldo Sathler-Rosa**

Resumo

Este ensaio revisita, sucintamente, a questão cristianismo e política. Oferece uma análise do contexto sociocultural brasileiro na contemporaneidade baseada em leituras atentas de nossos tempos. A intenção é motivar a contínua reflexão sobre uma dimensão esquecida do cuidado pastoral: o cuidado de sistemas que afetam a vida de pessoas, famílias e comunidades.

Palavras-chaves: Política; Contexto; Cuidar.

Contemporary socioculture context as inductor of thinking about pastoral care in the political camp

Abstract

This essay revisits succinctly the issue of Christianity and politics. It offers an analysis of the current Brazilian socio-cultural context based on attentive readings of our times. The intention is to motivate continuing reflection on a forgotten dimension of pastoral care: the care of systems that affect the lives of individuals, families, and communities.

Keywords: Politics; Context; Care.

El contexto socio-cultural contemporáneo como inductor del pensar el cuidado pastoral en el ámbito político

Resumen

Este ensayo revisita, sucintamente, aspectos relativos al cristianismo y a la política, y analiza el contexto sociocultural brasileño contemporáneo a partir de atentas lecturas de nuestros tiempos. La intención es motivar la reflexión continua sobre una dimensión olvidada del cuidado pastoral: el cuidado de sistemas que afectan la vida de personas, familias y comunidades.

Palabras claves: Política; Contexto; Cuidar.

* O artigo é adaptação de parte do livro *O sagrado da política: a dimensão esquecida da prática cristã*. Apresentação de Jung Mo Sung. São Paulo: Fonte Editorial, 2010.

** PhD em Teologia e Teorias da Personalidade pela *Claremont School of Theology*, Califórnia, EUA. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo. E-mail: ronaldo.sathler@gmail.com .

Uma cultura que não se interpreta a si mesma é simplesmente vivida e corre o risco de degradar para um nível inferior ao humano. (REZENDE, 1990, p. 30)

Democracia é o cristianismo tornado natural (FRIEDRICH NIETZSCHE,
A vontade de potência, n. 215)

Introdução

Este ensaio tem dois objetivos: oferecer uma análise de obstáculos históricos e culturais mais influentes no Brasil de hoje que travam o engajamento sociopolítico da população pela transformação da política; e estimular a reflexão teológico-pastoral na busca de caminhos políticos de ações de cuidado por parte de igrejas, comunidades de fé e agentes pastorais. Trata-se, portanto, de cuidado pastoral visando às práticas políticas e aos ordenamentos sociais, isto é, o cuidado ativo para que aqueles favoreçam relacionamentos que permitam prevalecer a felicidade e o entendimento entre os humanos.

Política no altar

Além de fatores históricos e outros advindos de conjunturas pontuais, as relações do cristianismo com as culturas, ao longo do tempo, esclarecem, em grande parte, as dificuldades históricas das igrejas no trato de questões que envolvem o campo da política. Essas relações têm como traços principais tensões inerentes aos inevitáveis encontros das comunidades de fé com o “mundo da vida”. Alheamento, acomodação ou mera utilização para fins institucionais têm sido posturas dominantes nas interações de fiéis e de igrejas com a sociedade maior, particularmente no âmbito da política, a despeito de exceções.

Por outro lado, o Evangelho é fonte de iluminação e de dignificação da atividade política. Fé cristã e exercício responsável das ações cotidianas que compõem a vida política são inseparáveis. Fé e política devem desenvolver relação dialética de “interpelação recíproca”. A fé cristã, ancorada na mensagem bíblica e na centralidade do amor ao próximo – evidência maior da característica social do cristianismo –, concretiza-se em ações pelo bem-estar e em favor de geração de oportunidades iguais para todas as pessoas. Os ideais humanos de felicidade, segurança e desenvolvimento pessoal, profissional e social acompanham o imaginário da humanidade. A mensagem bíblica da salvação, embora não se reduza àquelas legítimas aspirações, não as ignora; ao contrário, confere-lhes sentido que as transcende.

Entretanto, embora muitos setores eclesiais possam compreender a chamada dimensão política da atuação das igrejas, expressa, geralmente, em formas assistencialistas ou na indicação de candidatos a postos públicos

para garantir interesses menores de igrejas, não tem havido, por parte das comunidades de fé, em especial aquelas de corte protestante, maior reflexão sobre as razões da ineficácia de suas atuais práticas políticas. A correção dessa rota de ações sem resultados mais expressivos no cenário político brasileiro é possível na medida em que as igrejas, inspiradas em sua fé e esperança, se engajem, radical e intencionalmente, em ações políticas comunitárias, com potencial, até mesmo, para a reinvenção do Estado, mediador principal das atividades políticas.¹ A aspiração humana por uma vida prazerosa, marcada pela alegria, temperada pela ternura, enriquecida pela hospitalidade, empoderada pela coragem não pode ser alcançada meramente por meio de intervenções focadas na individualidade da pessoa. Requer, também, ações de cuidado pastoral, agenciadas pela congregação eclesial, que modifiquem o ambiente externo ao indivíduo e que porfiem por princípios gerais que se transformem em políticas públicas e estruturas sociais para o atendimento de desejos humanos legítimos fundamentais.

Ações substantivas, transformadoras, demandam mais do que obras assistenciais. Requerem, com o envolvimento ativo da cidadania, a revisão das bases conceituais que sustentam as práticas políticas e o próprio Estado. As igrejas cristãs são portadoras de uma mensagem potencialmente capaz de acrescentar uma colaboração significativa para a recriação da política. Não se trata de ignorar as contribuições dos cidadãos em geral, de outras religiões, nem das ciências e das lições da história. O caminho novo e principal da ação política das igrejas na contemporaneidade, em particular nos municípios, situa-se na participação, no diálogo e em atitudes que deem novo sabor ao exercício da política. As similaridades entre as funções que se almeja da política e a missão da Igreja podem favorecer essa cooperação. Todavia, é essencial conhecer o contexto para que a participação das igrejas tenha eficácia transformadora.

Política no contexto

Entretanto, parece-nos apropriado percorrer parte da literatura que evidencia obstáculos históricos e culturais, salientes no Brasil de hoje e do “passado que não passou”, para o engajamento sociopolítico da população e para a transformação da política. Conhecer o contexto em que se insere

¹ Zigmunt Bauman (*Comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, p. 90), um lúcido leitor de nossos tempos, adverte: “O Estado não mais preside os processos de integração social ou manejo sistêmico que faziam indispensáveis a regulação normativa, a administração da cultura e a mobilização patriótica, deixando tais tarefas (por ação ou omissão) para forças sobre as quais não tem jurisdição”. Sobre o novo papel do Estado, ver artigo de Márcio Pochman, publicado em 11/1/2009 pela *Agência Carta Maior*. Ver, também, artigo de Pedro Doria, “É hora de uma governança global?”. *Estado de São Paulo*, 3/11/2008.

a igreja é indispensável para que a presença cristã seja lúcida e desprovida de ingenuidades.

Os recentes movimentos sociais que incentivam o reconhecimento do direito e dever do exercício da cidadania por todas as pessoas assinalam crescente percepção da inescapável condição política do homem e da mulher. Tal condição nos coloca como parte de uma teia de relacionamentos, de responsabilidades e direitos mútuos. Nós, humanos, assim nascemos e assim vivemos. As constantes chamadas ao exercício da cidadania refletem, igualmente, duas situações: a descrença nos políticos profissionais² e a “descoberta” de que somente a plena participação dos sujeitos sociais é que poderá resultar em remoção dos óbices históricos que têm impedido uma existência mais saudável, com possibilidades futuras, em particular no Brasil.³

O descrédito da classe política, reconhecido até mesmo por vários desses políticos profissionais, e dos partidos políticos como capazes de promover mudanças significativas é fenômeno que se estende por muitas sociedades contemporâneas. Possivelmente isso se deva a três fatores: o chamado neoliberalismo que prioriza, quase que absolutiza, o mercado como regulador

² Pesquisa da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, a sigla em inglês) em 2004 sobre Juventudes Brasileiras revela que “apenas 8% dos jovens das denominadas classes A e B confiam nos partidos enquanto 19% dos jovens das classes D e E têm posição contrária. Entre os habitantes de cidades de até 20 mil habitantes cerca de 32% declaram ter confiança no governo. Já nas grandes cidades, com mais de 100 mil habitantes, apenas 16% declaram confiar no governo. (...) Outra pesquisa, realizada em nível mundial pelo Instituto *Gallup* e, no Brasil, pela *InterScience* Ciência e Tecnologia Aplicada, de São Paulo, revela que ‘só um em cada 10 jovens brasileiros confia em políticos’” (*apud* RONALDO SATHLER-ROSA. *Cuidado pastoral em tempos de insegurança*. São Paulo: ASTE, 2004, p. 64). Em outro levantamento, feito pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) juntamente com o Instituto Polis, mostra, no entanto, que “os jovens não são desesperançosos em relação à política, apenas críticos. Quando uma possibilidade de participação lhes é apresentada, surge interesse. ‘Eles acreditam na política como forma de mudança. O descrédito está nos políticos, não na política’, diz Patrícia Lanes” (*apud* MARCELO MEDEIROS, *Ética ou controle*. *Revista do Terceiro Setor*, 2006, p. 40).

³ Esses obstáculos não se devem apenas à exploração econômico-financeira e ao latifúndio. Por exemplo: Jurandir Freire Costa (<http://www.chicoalencar.com.br/chico2004/artigos>, acessado em 9/5/2007), psicanalista e professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, comenta e cita trecho de livro da socióloga Ângela Paiva: “O espírito do trabalho de Ângela Paiva é bem resumido em uma passagem de Joaquim Nabuco citada no livro: ‘O movimento contra a escravidão no Brasil foi um movimento humanitário e social antes que religioso: não teve a profundidade moral da corrente que se formou, por exemplo, entre os abolicionistas da Nova Inglaterra’. O texto, obviamente, não propõe a hegemonia da vida religiosa sobre a cívica. Mostra, apenas que, neste país, a luta pela igualdade, desde o início, careceu de fundamentos morais sólidos” (Cf. ÂNGELA RANDOLPHO PAIVA, *Católico, protestante, cidadão*. Uma comparação entre Brasil e Estados Unidos. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: UFMG/IUPERJ, 2003).

máximo das ordenações sociais e humanas; o colapso do socialismo soviético; e a mentalidade atual dominada pela lógica do consumismo (BOFF, 2004). É amplamente sabido que grande parte dos males sociais que cerceiam as potencialidades de indivíduos e comunidades, que deterioram a vida em muitas áreas do Brasil não serão extirpados com medidas assistencialistas desacompanhadas de políticas públicas radicais e de controle da implementação delas.

Já há sinais de que surgem no Brasil, e em outras partes do mundo, esboços que projetam bases e estratégias que consubstanciam uma nova política. Por exemplo: selecionamos, a seguir, alguns dos traços apontados por C. Boff (2004) que prenunciam rumos novos nas concepções e métodos de práticas políticas no contexto brasileiro.

Primeiro, amplos setores da sociedade questionam a tradição que vê o partido como instrumento único de participação política. Passa a exigir-se uma política de múltiplos protagonistas e diversidade de formas. Movimentos sociais, associações diversas, publicações de boletins, pressão por meio de mensagens, entre outros, ganham grande impulso na atualidade. As novas configurações de sociedades complexas, devido, sobretudo, às novas tecnologias, exigem formas novas e canais diversificados de ações políticas. Há duas tendências atuais em relação a novas formas partidárias: partido movimentista e movimento partidista. A primeira estaria mais ligada aos movimentos sociais e a segunda tenderia para a transformação de movimento em partido (exemplo: o movimento ambientalista transformou-se em Partido Verde).

Segundo, constata-se certa preferência por atuação política cada vez mais direta e imediata, daí as valorizações de medidas políticas como plebiscito e referendo. A prática política incide mais na sociedade civil⁴ e menos no aparato político. Surgem, então, várias organizações sociais e associações de voluntários. Há mudança no vocabulário: a expressão *cidadania*, denotando uma política horizontal, é retomada no lugar de *política*, que tem conotação mais vertical.

Terceiro, os direitos pessoais e de segmentos da sociedade passam a ser realçados em substituição às ideologias. O alegado declínio do “pensamento forte” e dos “grandes relatos” (Cf. VATTIMO, 2004), as características do pensamento “pós-moderno” marcado por relativismo, incertezas epistemo-

⁴ O conceito de *sociedade civil* surge como expressão teórica e prática das lutas de movimentos sociais contra autoritarismos estatais. Além disso, representa resposta aos efeitos perversos de forças avassaladoras, como a economia de mercado e o poder do Estado, que atuam na contramão de valores como solidariedade, justiça social, autonomia, relações primárias. Tem origem na “tradição da teoria política clássica” defendendo princípios e valores que promovam sociedade autoconsciente, auto-organizada, com formas de comunicação claras. Situa-se no “social” ou no “mundo da vida” em oposição tanto ao Estado quanto à economia centrada na acumulação de capital (Cf. LISZT VIEIRA. *Cidadania e globalização*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2000).

lógicas e fragmentação conferiram, de certo modo, aos direitos humanos, a condição de ser novo elemento catalisador das demandas sociais. Paulo Vannuchi (2007, p. 2), em artigo que comenta o 60º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 10 de dezembro de 1948 na Assembleia das Nações Unidas, afirma que a Declaração intentava “imaginar regras de convivência entre os países e também entre ricos e pobres de cada país para afastar o fantasma de uma nova guerra”. No caso do Brasil, é necessário atualizar e desdobrar o sentido da Declaração a fim de criar condições “para que o Brasil seja, cada vez menos, o país daquela jovem presa e violentada em Abaetetuba (PA), do bebê morto na prisão de Cariacica (ES), do adolescente executado sob choques elétricos em Bauru (SP)” e se torne o país de oportunidades sociais e educacionais iguais.

Quarto, a demanda por “ética na política”, a despeito do risco de tornar-se bandeira meramente retórica, espalha-se por diferentes setores da sociedade. Fala-se na valorização da honestidade, da transparência, especialmente por parte das pessoas que exercem função estatal e pública. Vale lembrar que a ética, em suas diversas modalidades, tem seu solo firmado, de modo preponderante no cristianismo, nas doutrinas das grandes religiões e nas tradições filosóficas.

Quinto, focalização no poder local. O bairro, o município ganha proeminência como célula política no país. Assim, as microestruturas contrapõem-se às grandes estruturas. Revelam, também, descrédito generalizado no poder centralizador como capaz de efetivar mudanças na sociedade.⁵

Finalmente, o Estado, catalisador principal das aspirações políticas, vive crise de credibilidade. Como afirma a cientista política Lucia Hippolitto (2005), baseada em pesquisa CNT/Sensus que detecta o nível de satisfação do cidadão, “o cidadão brasileiro perdeu a confiança no Estado. Não se trata deste ou daquele governo, trata-se de uma desconfiança mútua entre os brasileiros e o poder público” e não confia na “palavra do Estado”.⁶ Alberto

⁵ Em livro dirigido a todas as pessoas que desejam “pensar teologicamente sobre questões sociais e políticas de suas comunidades locais”, mas, que suspeitam de que tradicionais aproximações teológicas possam impor soluções rígidas, universais ou centralizadas, John Reader expõe o que denomina *Teologia local* (Cf. JOHN READER, *Local theology. Church and community in dialogue*. London: SPCK, 1994).

⁶ “Para a burocracia, o cidadão tem sempre culpa, está sempre devendo, está sempre na obrigação de provar sua inocência com mais um documento, mais uma firma reconhecida, mais uma certidão autenticada em cartório (...) Prometeram aos brasileiros que a caderneta de poupança era intocável. E ela foi impiedosamente violada (...) Prometeram aos brasileiros que a CPMF [Contribuição Provisória de Movimentação Financeira, o conhecido imposto do cheque, extinto apenas em dezembro de 2007] seria provisória. E ela se tornou dolorosamente permanente (...) Prometeram aos brasileiros dez milhões de empregos (...) Prometeram, prometeram...” (HIPPOLITTO, 2005).

Moreira (2008, p. 19), professor da Universidade Católica de Goiás, aduziu ainda, baseado em James Rosenau, que “as dinâmicas fragmentadoras da globalização minaram a confiança no estado nacional como fonte capaz de proporcionar conforto psíquico e identificação. O estado perde credibilidade como a mais alta instância à qual se dirige a lealdade suprema”.

Em outro artigo, Marcelo Medeiros (2006, p. 1) observa que a “crise política sem fim”, segundo estudiosos, é “reflexo do comportamento da própria população” e que o “cidadão estaria, na verdade, confuso diante do atual quadro político. O resultado disso é a baixa confiança nas instituições e na política como ela é feita atualmente”. Consagra-se, como marco cultural e político, nos termos do jornalista francês Jean-Claude Guillebaud (2003, p. 51, 87), “a vitória da desconfiança”. Ainda mais: “o fosso entre as palavras e as coisas e entre a retórica política e a realidade social se alarga cada vez mais”.⁷

Por outro lado, as recentes denúncias de corrupção em órgãos do Estado, em práticas de políticos, amplamente difundidas pelos veículos de comunicação social, geram um “Brasil doente” e “uma apatia cada vez mais surpreendente”. A revista *Observatório da Imprensa* destaca afirmação de Sílvio de Abreu (2006, p. 1-2), roteirista de novelas de televisão, com base em pesquisas realizadas pela mídia: “A moral do Brasil está em frangalhos”. Continua Abreu: “Até algum tempo atrás os telespectadores se identificavam com os personagens bons, porém hoje muitos se identificam com os desonestos e os moralmente reprováveis”. Salienta ainda que “essa maior tolerância dos telespectadores com os desvios de conduta tem tudo a ver com os escândalos recentes da política (...) e acham mais conveniente que fique tudo como está”. Mais ainda, continua a publicação acima citada: “A minoria que percebe essa deterioração moral não encontra meios adequados para realizar o alerta (...) porque os destinatários do aviso não querem saber de alerta algum.”

A corrupção na política espelha traços marcantes da sociedade brasileira. Jurandir Freire Costa (1995), psicanalista e professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, chama a atenção para quatro incômodos atributos da cultura brasileira: *cinismo, delinquência, violência e narcisismo*.

⁷ Vozes que representam setores diversos da sociedade brasileira, como por exemplo a do empresário Paulo Skaf, reverberam a urgência de repensar-se o Estado e seu papel na atualidade: “...o Brasil continua premido por um modelo obsoleto de Estado e pela ausência de reformas estruturais (...). É imprudente perpetuar, 200 anos depois [da chegada da corte portuguesa comandada por D. João VI ao Brasil, em 1808], um híbrido e estranho Estado que poderíamos chamar de República do Vice-Reino” (*A república do vice-reino, Folha de São Paulo*, 2008, p. 3).

O *cinismo*, nesse contexto, caracteriza-se pelo desprezo à lei.⁸ “Estamos hoje no país da descrença (...) em situação de desqualificação e tutela (...) passam [os indivíduos] a descreer das leis” (p. 10-11).⁹ A história recente do País (1964-1984), com ditadura militar e seu descaso pelas leis, o terrorismo de Estado, a “legislação de exceção”, a “autorização” para matar sem a “necessidade de um cadáver”, aflora a esfera da “irracionalidade” (nos termos de S. Freud), que se norteia pelo pânico, pela incerteza (Cf. CANIATO, 1995). De acordo com Costa (p. 11), “existe um elo indissolúvel entre o político que lesa o erário público, o cidadão que ultrapassa o sinal vermelho e o assaltante que mata”. Medeiros (2006, p. 1), ao analisar resultados de pesquisa conduzida pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), ressalta que o “estudo ‘Corrupção na política: eleitor vítima ou cúmplice?’ mostra que o brasileiro é conivente com a corrupção, apesar de tanto reclamar dos atos do governo. A tolerância poderia ser justificada por outra verificação da pesquisa: os brasileiros também praticam atos ilícitos em quantidade e declaram estar propensos a fazer o mesmo se ocupassem cargos públicos”.

A *delinquência* caracteriza-se pela inclinação ou prática de delito ou crime. A *violência*, subproduto da delinquência, segundo Elizabeth Lira (*apud* CANIATO, 1995, p. 132),

identifica em diferentes âmbitos da vida societária a violência como fundante das relações cotidianas. A violência integrada na cotidianidade como uma forma de interação entre os indivíduos gera a presença no corpo social e nos sujeitos de um estado de ameaça e medo crônicos que exacerbam a condição de desamparo das pessoas pela ausência de solidariedade entre elas e a conseqüente incapacidade coletiva de dissolução do perverso na organização da vida em sociedade.

⁸ Apenas um exemplo: “Oito anos depois da prisão do juiz aposentado Nicolau dos Santos Neto, completados neste mês, o processo criminal sobre o desvio de R\$ 324,1 milhões da construção do Forum Trabalhista de São Paulo (valores atualizados) se arrasta entre recursos e manobras para dificultar a punição dos réus”. Acrescentamos comentário de Janice Ascari, procuradora-geral da República: “Enquanto não se atacarem com seriedade, eficiência e honestidade de propósitos leis que permitem chicana e possibilidade infinita de recursos, teremos advogados que abusam do direito de defesa e não teremos justiça” (*Folha de São Paulo*, A8, 28/12/2008).

⁹ O jornalista Zuenir Ventura, em entrevista ao jornal *Zero Hora*, em 10/1/2009, afirma: “Estamos vivendo um momento em que o cinismo substitui a hipocrisia. O hipócrita é o que tenta se esconder por trás de uma imagem de inocência. O cínico é o que faz o que quer e tudo bem. Hoje, no Brasil, políticos de colarinho branco roubam, fazem, acontecem, e não acontece nada”.

Costa, recorrendo a estudo de Christopher Lasch (1983), refere-se ao *narcisismo*¹⁰ para identificar a exagerada exaltação do indivíduo. O indivíduo passa a ser o parâmetro de si mesmo, pois o tecido social está corroído. Nos termos de Jean-Claude Guillebaud (2003, p. 247, 248), a “frenética valorização do indivíduo (...) faz pouco caso da pessoa”. O contexto cultural contemporâneo deixa “o indivíduo livre, mas desarmado frente a lógicas e a dominações novas contra as quais ele não pode muita coisa”

Ângela Caniato (1995, p. 132) fundamenta-se em N. Odália para asseverar que consequências desse contexto de desamparo, apatia e descrença são a impunidade e a “democracia da violência onde todos anseiam por segurança e defesa”. Não se pode também desprezar as ligações entre desenraizamento político do indivíduo e a economia, como fonte de desagregação, de patologias e de desesperança. Nos termos de Caniato (p. 137-138):

A sociedade dita liberal, ao fetichizar¹¹ a autonomia de cada um na livre concorrência, engendra a violência como prática de todos os indivíduos e ao coibir qualquer possibilidade de cerceamento coletivo, outorga a cada um o direito de levar vantagem no que quiser e como melhor lhe convier. A sociedade passa a ser regulada pelo arbítrio dos sujeitos individuais, porque autorizados pela própria sociedade, não tendo esta, então, como cobrar obediência ou impor sanções, já que definiu que cada um é seu próprio juiz. A *impunidade* se instaura como norma básica de convivência social. O Estado deixa de exercer sua função de regulador das relações sociais e da justiça social.

Costa (p. 9-10) estende sua análise à questão de valores: “...somos nós, indivíduos, que inventamos os universos de valores que nos permitem viver em comunidade, ou seja, assumindo compromissos (...). Só com valores nos tornamos capazes de prometer. De prometer e de cumprir”. Se os sistemas de sentido e o “equilíbrio cultural de um povo” são caóticos e repetidamente desmoralizados, os indivíduos sentem-se desamparados, vazios, doentios. Se a religião, um dos sistemas de sentido, se torna meramente privativa, voltada para esse indivíduo solitário, ela se torna eficiente aliada na manutenção das condições geradoras da sensação de anomia. Ou, como ressalta Carlos Josphat (2006, p. 219), servir-se da política para atender interesses meramente

¹⁰ De *Narciso*, figura da mitologia grega que se apaixonou pela própria imagem refletida no espelho da água.

¹¹ *Fetich* da mercadoria em Karl Marx: “ilusão que confere caráter ‘místico’ à mercadoria, por atribuir-lhe valor imanente, quando esse valor não pertence senão ao trabalho humano que a produz”; “fabricação de ídolos” (ARMAND CUVILLIER, *Pequeno vocabulário da língua filosófica*, 3.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976, p. 65).

institucionais ou da religião para manipulação de indivíduos “são formas de distorção e mesmo de corrupção de duas realidades excelentes [a política e a religião], realizando o triste provérbio: *corruptio optimi oessima*, ‘nada pior do que a corrupção do que há de melhor’”.

Sugerimos que ações mais eficazes para diminuir ou erradicar a corrupção devem considerar dois aspectos. Ela é, de certa forma, endêmica nas culturas brasileiras desde tempos remotos. É preciso reconhecer esse fato como, simultaneamente, obstáculo e iluminador de diagnóstico visando à superação dessa anomalia em sociedade que se pretenda defensora da ética e da utilização justa e proporcional de seus recursos para o bem de todos. Por outro lado, como afirma Cláudio Weber Abramo (2006, p. 5), “combatemos a crise ética não através da perspectiva moral, mas das regras”, de legislações e de mecanismos de controle social.

Estudos históricos recentes desvelam os antecedentes do que, na esteira da análise de Costa (2000), se pode denominar de “cultura da corrupção”. Ronaldo Vainfas (2007, p. 6), autor de *Trópico dos pecados*, professor-titular de História da Universidade Federal Fluminense, detém-se na análise do período do Brasil-Colônia (1500-1822). Cita estudos realizados em 1920, por Paulo Prado, que “viu na cobiça um dos maiores pecados de nossa formação histórica. Obsessão diabólica pela riqueza fácil, o açúcar, tabaco, ouro e os diamantes”. O célebre *Raízes do Brasil*, escrito em 1930 por Sérgio Buarque de Holanda, confirma Paulo Prado e salienta o “caráter predatório da colonização portuguesa”. Em 1942, Caio Prado Jr. publica *Formação do Brasil contemporâneo* e reafirma o “sentido espoliativo do sistema colonial. Cobiça, dilapidação, exploração, tudo temperado pela corrupção sistêmica”. Vainfas acrescenta:

Mas o fato é que a corrupção em nossos três primeiros séculos não chegava a ser uma irregularidade. Pelo contrário, era institucionalizada e derivava do que Raimundo Faoro chamou de Estado patrimonial, no qual o público e o privado se imbricavam completamente.

Outro estudo recente, de Isabel Lustosa (2007, 5), historiadora da Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, examina o período do Brasil-Império (1822-1889). A prática da corrupção já se achava instalada naquele período. Conforme revela, “uma quadrinha que dizia: ‘Quem furta pouco é ladrão,/ quem furta muito é barão,/ quem mais furta e mais esconde/ passa de barão a visconde’, era dirigida ao “tesoureiro-mor do Reino, Francisco Bento Maria Targini, Visconde de São Lourenço”.

Considerações finais

Tendo em vista os limites deste ensaio, restringimo-nos a submeter duas pautas de ações de cuidado pastoral que, entendemos, correspondem tanto à fidelidade ao Evangelho como às autênticas aspirações humanas, especialmente de setores desamparados em nossas sociedades.

Primeiro, desenvolver trabalho de educação na fé que enfoque a política como campo de evangelização, ou seja, como espaço a ser iluminado e permeado com a luz do Evangelho. Pensamos que essa forma de cuidado pastoral realizada por igrejas, pastoras e pastores deve incluir a desmontagem de discurso fortemente estabelecido de que “política é coisa suja”. Esse raciocínio colabora na manutenção do “estado de coisas” e encobre a inarredável condição política dos humanos. Aliás, é oportuno lembrar que a metáfora utilizada nos evangelhos para anunciar a mensagem central de Jesus é extraída do mundo político: “Reino de Deus”.

Segundo, participar de associações, movimentos sociais e outros afins que desenvolvem políticas comunitárias objetivando vida decente para todas as pessoas. Aspectos vitais tais como saúde, moradia, educação, oportunidades de trabalho são, amplamente, os alvos desses esforços. Como pessoas comprometidas com a mensagem do Evangelho mas, às vezes inexperientes em práticas políticas, podemos desenvolver formas de participação com grupos não-eclesiais em que, sem imposição de nossa visão de mundo, nosso aprendizado e presença seja expressão, também, de sensibilidade face aos contextos locais.

Concluindo, possivelmente as dificuldades e até mesmo as cisões internas no cristianismo e nas igrejas decorrentes das diferentes compreensões das relações entre fé cristã e política se devam às suas grandes semelhanças: o exercício da política, nas melhores tradições filosóficas e teológicas, tem como finalidade o estabelecimento de padrões de existência e de convívio que permitam a mulheres e homens viverem com alegria e dignidade; a mensagem do Evangelho, por outro lado, embora transcenda aqueles valores, não os contradiz e lhes dá novo sentido no evento Cristo. Todavia, além da inspiração do Evangelho, a leitura e a interpretação do contexto sociocultural são essenciais para a prática lúcida do cuidado pastoral que vá além do cuidado de indivíduos, famílias e igrejas.

Referências

- ABRAMO, Claudio Weber. Ética ou controle. Pesquisa IBOPE revela que brasileiro é conivente com a corrupção. *Revista do Terceiro Setor*, 20 abr 2006.
- ABREU, Sílvio de. Brasil doente? Ministro Mello, corrupção governamental e apatia. *Informes de Conjuntura*, IX, n. 201, San José, 12 jul 2006.

- BAUMAN, Zigmunt. *Comunidade. A busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- BOFF, C. Fé e política: alguns ajustes. In: OLIVEIRA, Pedro Ribeiro. (Org.). *Fé e política – fundamentos*. Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2004.
- CANIATO, Ângela Maria Pires. *A história negada. Violência e cidadania sob um enfoque psicopolítico*. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995.
- COSTA, Jurandir Freire. *A ética e o espelho da cultura*. 2. ed. Prefácio de José Castello. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.
- COSTA, Jurandir Freire. <http://www.chicoalencar.com.br/chico2004/artigos>. Acesso em: 9 maio 2007.
- CUVILLIER, Armand. *Pequeno Vocabulário da Língua Filosófica*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- GIDDENS, Anthony. <http://www.unisinos.br/ihu/index.php> . Acesso em: 14 fev. 2008.
- GUILLEBAUD, Jean-Claude. *A reinvenção do mundo*. Um adeus ao século XX. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2003.
- HIPPOLITTO, Lucia. Os brasileiros não confiam no Estado. *Estado de São Paulo*, 14 set 2005.
- LASCH, Christopher. *A cultura do narcisismo: a vida americana numa era de esperanças em declínio*. Rio de Janeiro: Imago, 1983.
- LUSTOSA, Isabel. Do ladrão ao barão. *Folha de São Paulo*, Caderno Mais, 3 jun 2007.
- MEDEIROS, Marcelo. Ética ou controle. Pesquisa do IBOPE revela que brasileiro é conivente com a corrupção. *Revista do Terceiro Setor*. 20 abr. 2006.
- MOREIRA, Alberto da Silva; OLIVEIRA, Irene Dias de (orgs.). *O futuro da religião na sociedade global*. Uma perspectiva multicultural. São Paulo/Goiânia: PUC-GO/Paulinas, 2008.
- PAIVA, Ângela Randolpho. *Católico, protestante, cidadão*. Uma comparação entre Brasil e Estados Unidos. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: UFMG/IUPERJ, 2003.
- READER, John. *Local theology. Church and community in dialogue*. London: SPCK, 1994.
- SATHLER-ROSA, Ronaldo. *Cuidado pastoral em tempos de insegurança*. Uma hermenêutica contemporânea. São Paulo: ASTE, 2004.
- VAINFAS, Ronaldo. A arte de furtrar. *Folha de São Paulo*, Caderno Mais, 3 jun 2007.
- VANNUCHI, Paulo. Os direitos humanos em 2008. *Folha de São Paulo*, 30 dez 2007.
- VATTIMO, Gianni. *Depois da cristandade*. Por um cristianismo não religioso. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2004.
- VIEIRA, Liszt. *Cidadania e globalização*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2000.